



Declaração da REAPN

17 Outubro

Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

A erradicação da pobreza constrói-se todos os dias!

É fundamental que a comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza não se transforme em mais uma rotina sem significado e, sobretudo, sem consequências. A melhor forma de dignificar esta data, o seu significado e fundador, é fazer com que ela sirva o seu objectivo: enunciar e denunciar os problemas de pobreza e exclusão social e apontar caminhos e medidas para a sua efectiva resolução. É isto que a Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN) sempre procurou fazer e que, uma vez mais, procuramos concretizar com esta declaração e com todas as iniciativas que têm lugar durante o dia de hoje por todo o país.

Parece nunca ser demais reafirmar que **a pobreza se traduz, antes de mais nada numa enorme injustiça social e a sua não erradicação é uma clara violação dos mais básicos direitos humanos**. A contínua existência de pessoas que, no seu dia a dia, se encontram expostas a dramáticas situações de pobreza não é nem ética, nem politicamente aceitável.

Apesar dos esforços que nos últimos anos têm sido feitos, quer ao nível europeu, quer ao nível nacional, o alcance e impacto das acções é, lamentavelmente, ainda muito limitado.

Oficialmente, é reconhecido que, aproximadamente, **78 milhões de pessoas na União Europeia vivem em risco de pobreza**. Em Portugal, segundo dados do *Eurostat*, no ano de 2005, a taxa de pobreza atingia **20% da população portuguesa** (o que equivale a dizer 1 em cada 5 portugueses) valor significativamente superior ao da média europeia, de 16% na mesma data. Esta taxa, ainda que com ligeiras subidas e descidas, mantém-se praticamente inalterada há pelo menos 10 anos. Entre os grupos mais vulneráveis encontram-se a população infantil (com idade inferior a 16 anos) e a população idosa (com idade superior a 65 anos). Em termos de desigualdade na distribuição do rendimento, calculada com base no rácio do total de rendimento recebido entre os 20% da população de maior rendimento em relação ao que é recebido por 20% da população com rendimento mais baixo, a taxa mais elevada é registada em Portugal, ou seja, Portugal é o país com a pior distribuição de riqueza na União Europeia. Outro dado relevante: o desemprego eleva-se a 8,3% da população no 3º trimestre de 2007, sendo que este crescimento se deve ao aumento do número de mulheres desempregadas, ao aumento do desemprego de pessoas com 25 e mais anos, ao aumento do desemprego de pessoas com a escolaridade completa, ao aumento do número de pessoas desempregadas à procura de novo emprego e ao aumento de desempregados à procura de emprego há menos de um ano.

Estes números, por detrás dos quais existem tantos dramas pessoais e familiares, facilmente revelam que **ainda existe muito por fazer para a concretização do objectivo de erradicar a pobreza**. Parece ser cada vez mais claro que um dos principais factores que impede o avanço e concretização de medidas capazes de debelar tal fenómeno se prender com as percepções e representações que os próprios cidadãos detêm sobre o mesmo. Um

Relatório Eurobarómetro Especial sobre a Pobreza e a Exclusão recentemente publicado pela Comissão Europeia e que analisa as percepções acerca da existência e das causas da pobreza no contexto da União Europeia, revela que 52% dos portugueses inquiridos consideram que as causas da pobreza são pessoais, ou seja, 23% atribui a pobreza à “má sorte” e 29% à “preguiça”. Ora, tal representação merece uma profunda reflexão da parte de todos nós. **A maior parte dos cidadãos ainda considera que a responsabilidade pela situação de pobreza é de carácter individual, ou seja, os pobres são os principais responsáveis pela situação em que se encontram.** Pouco parece importar que, segundo dados do *Eurostat* referentes ao ano de 2005, as pessoas em situação de pobreza sejam sobretudo idosos (28%), crianças (24%) e trabalhadores (12%).

Continua, pois, a parecer absolutamente premente que se intervenha com todo o vigor no sentido de procurar **alterar as representações sociais dos cidadãos sobre a pobreza**, criando ambientes favoráveis a uma maior mobilização colectiva para a luta contra a pobreza. É imperioso combater a ideia “da individualização” da pobreza e da banalização da exclusão, na medida em que esta ideia tende a favorecer medidas individualizadas, de assistência, ou, em última instância, a apelar a medidas de controlo e de repressão.

Mas tal, por si só, não será suficiente. É preciso que se produzam **profundas mudanças nos factores económicos, sociais e culturais** que, de facto, são os principais responsáveis pelos mecanismos que geram e perpetuam a pobreza. Estas mudanças **estão muito dependentes do empenhamento e energia dos políticos** responsáveis pelo desenho e implementação das políticas sociais, **mas também são responsabilidade de muitos outros actores.** Os **meios de comunicação** jogam um importantíssimo papel na produção de impacto em termos de mudança de representações sociais e na promoção de comportamentos mais solidários. O **tecido económico** terá que ser muito mais responsável social e ambientalmente. Mas, também, o próprio sector da economia social e todas as **ONG's** devem ter um papel mais activo produzindo instrumentos específicos capazes de contribuir para mudanças comportamentais e de representação social e para a identificação de alternativas e soluções contando com a activa participação das pessoas que vivem em situação de pobreza.

Por todas estas razões, a REAPN, como habitualmente, aproveita a comemoração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, para apresentar **8 propostas de acção estratégicas prioritárias cuja concretização nos parece crucial para podermos continuar a manter o objectivo da erradicação da pobreza.**

1. A luta contra a pobreza tem que se transformar numa causa e prioridade nacional. É fundamental que os Portugueses se convençam de que a luta contra a pobreza também lhes diz respeito – pobres e não pobres. É imprescindível que este desígnio nacional seja, acima de tudo, um desígnio de todos e para todos os cidadãos. **Para este efeito, é necessário dar prioridade a uma fortíssima campanha de sensibilização da opinião pública, campanha esta que deve ser promovida envolvendo todos os actores, particularmente aqueles que directamente experienciam situações de pobreza e exclusão social.**

2. Não é verdade que os diagnósticos estejam todos feitos. A pobreza é um fenómeno multidimensional e em permanente e rapidíssima mudança. **Conhecer e permanentemente diagnosticar os problemas continua a ser uma prioridade.** Desde há longo tempo que defendemos a **criação de um Observatório Nacional de Combate à Pobreza.** Tal Observatório não deverá ser um mero instrumento de conhecimento académico mas um reservatório

de conhecimentos e de participação activa de todos aqueles que intervêm nestes domínios, e que deveria ter uma explícita tradução ao nível local.

3. Continua a ser urgente a **definição de um verdadeiro Programa Nacional de Combate à Pobreza**. A soma de planos, medidas e políticas não se tem demonstrado suficientemente capaz de verdadeiramente fazer face aos fenómenos de pobreza em Portugal. O **Plano Nacional de Acção para a Inclusão**, pela sua abrangência e enquadramento europeu poderá ser o instrumento de planificação estratégica preferencial, desde que o seu enfoque seja vinculado ao combate à pobreza e tenha capacidade de influenciar e monitorizar os restantes planos sectoriais que directa ou indirectamente produzem impacto sobre a pobreza e a exclusão social. Naturalmente, a criação de tal Programa Nacional não pode dispensar a obrigatória participação da sociedade civil e a sua definição, implementação e avaliação deveria estar sujeita a uma **metodologia de coordenação aberta**. É importante que a **formulação do próximo Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2008-2011) possa já obedecer a estes desígnios**.

4. Na sequência e intimamente relacionado com o ponto anterior, é fundamental **garantir** que o principal instrumento de aplicação da Estratégia de Lisboa – **O Programa Nacional de Reforma** (em Portugal o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego – PNACE) **inclua como eixo prioritário a luta contra a pobreza**. Se efectivamente desejamos que tal Programa possa contribuir para a erradicação da pobreza é imprescindível que todas as medidas e Planos que lhe dão corpo estejam vinculados a este objectivo e que o mesmo possa ser monitorizado e avaliado de uma forma transversal e contando com uma ampla participação de todos os actores. **Esta é a melhor forma de aprofundar mecanismos de boa governação** e de promover uma maior implicação cidadã na concretização de tais objectivos.

5. **Uma vez mais insistimos para que os Fundos Estruturais sejam encarados, definidos e implementados como “motores” e instrumentos para a concretização do objectivo de erradicar a pobreza**. No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), é fundamental promover amplos pactos sociais, contando com a maior participação possível de todos os actores relevantes e em todas as fases do processo (planificação, implementação, monitorização e avaliação), tendo como objectivo uma transversal e co-responsável abordagem de erradicação da pobreza e da exclusão social.

6. Continua a ser urgente **reforçar sob o ponto de vista institucional e das práticas nacionais aos mais variados níveis o empowerment**, encarando este conceito como forma de atribuição de poder efectivo e não apenas como estabelecimento e disponibilização de mecanismos de consulta, relativamente inconsequentes, e que, no limite, desmobilizam a participação cidadã. **É essencial fazer com que a participação e os diferentes níveis de governação não sejam apenas uma etapa do processo mas parte fundamental e instrumental das políticas de luta contra a pobreza**. Para este efeito, será necessário reconhecer, através de políticas específicas, a colaboração entre o Estado e as organizações do terceiro sector e da economia social no aprofundamento dos direitos sociais e a especificidade e contributo destas organizações, sob varias formas, para o bem-estar, qualidade de vida e participação dos cidadãos.

7. Em relação a um conceito muito em voga – o de **Inclusão Activa** – e que aparece recentemente em termos europeus como **principal enquadramento e panaceia para todas as políticas de inclusão social** (tendo como pano de fundo a ideia de que o emprego é a principal via para a sua concretização), é preciso ter presente que quando falamos de inclusão activa de públicos sociais desfavorecidos estamos, em muitos casos, a falar de pessoas que antes de poderem aceder a um emprego terão que passar por outro tipo de processos e etapas de promoção de

inclusão social. Não se regressa ao mercado de trabalho, ou não é possível integrar este mercado normalizado de emprego quando se viveu na rua durante 10 anos, quando se pertence a grupos sociais secularmente discriminados, quando se esteve afastado dos mais básicos direitos sociais, quando, em última instância, não se possuem as mais básicas qualificações pessoais ou profissionais. Por esta razão, e **como mecanismo fundamental de acesso aos mais básicos direitos de cidadania, defendemos o aprofundamento da implementação de ‘standards mínimos’ para a inclusão social**, enquanto mecanismos criadores de dinâmicas essenciais para a inclusão social, particularmente das pessoas que enfrentam situações mais extremas de pobreza e exclusão social.

8. Consideramos fundamental que a **Assembleia da República se transforme num órgão muito mais activo e desenvolva uma particular atenção em relação à luta contra a pobreza**. Se é aqui que se definem e aprovam as leis, é também aqui que se devem defender os interesses de 2 milhões de portugueses garantindo mecanismos mais eficazes de coordenação das políticas e de mútuo controlo das mesmas sobre o seu impacto na pobreza. À Assembleia da República, e à semelhança do que já acontece noutros países, poderia caber a iniciativa de produzir legislação específica para o combate à pobreza dando forma e força legal a um Programa Nacional de Combate à Pobreza. Para a dinamização de tal iniciativa e seu acompanhamento, sugere-se que a presidência da **Assembleia da República promova anualmente um grande debate sobre este tema**, convidando para o efeito diferentes interlocutores da sociedade civil.

Outubro, 2007

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal